

O mito dos Jesuítas em Portugal*

séculos XVI-XX

*Este horizonte temporal
amplo, fornece-nos a visão
analítica dos antecedentes
deste mito negro,
a sua fundação
e as suas metamorfoses,
recepções e reformulações;
os momentos mais
enfáticos de visibilidade
polémica e de impacto
político-social,
assim como os seus
momentos de dormência,
que sucederam aos picos
de ressurgência.*

José Eduardo Franco
CLEPUL – Universidade
de Lisboa
Bolseiro da Fundação
para a Ciência e a Tecnologia

*«Réfléchir sur les rapports complexes entre lecteur et
histoire, entre fiction et réalité, constitue une forme de
thérapie contre tout endormissement de la raison, qui
engendre des monstres»*

UMBERTO ECO¹

Esta dissertação propõe uma análise, perspectivada na longa duração, das percepções polémicas do carácter, da acção e do papel dos Jesuítas nos diferentes âmbitos da história de Portugal, enquanto configuradoras de uma imagem que ganhou contornos mitificantes, especialmente a partir do ministério político do Primeiro-Ministro de D. José I (1750-1777). Assim, o Marquês de Pombal é aqui estudado como o fundador do mito da Companhia de Jesus em Portugal. Mas não é possível compreender as raízes, a dimensão, o impacto, as funcionalidades e o significado deste mito negro na cultura e na mentalidade portuguesas se não tivermos em conta os antecedentes deste processo de engendramento de uma imagiologia mítica e a sua recepção e recriação posterior. Por isso, a nossa prospecção hermenéutica insere a fundação pombalina do mito jesuíta numa banda temporal mais lata, que nos permite apreciar a génese, a formação e a evolução do mito, englobando mais de quatro séculos de história.

^{*}Texto de apresentação de Tese de Doutoramento, defendida na École des Hautes Études em Sciences Sociales de Paris. Domínio: História e Civilizações. Área: História Moderna e Contemporânea.

¹UMBERTO ECO, *Six promenades dans les bois du romain et d'ailleurs*, Paris, 1994, p. 150.

***P**roblemática: o fenómeno do antijesuitismo*

O antijesuitismo, a nível internacional, constitui um fenómeno e um movimento religioso, cultural e sociopolítico, tão antigo quanto a própria Companhia de Jesus. Ele nasce logo na oposição e no processo de crítica ao grupo fundador da Ordem dos Jesuítas liderado pelo espanhol de origem basca, Inácio de Loyola. Jean Lacouture, constatando isto mesmo, sublinha que a atitude histórica que denomina por “la jésuitophobie est née avec la Compagnie. Il en existe même une forme utérine”².

A história do antijesuitismo encontra as suas primeiras germinações no momento embrionário, nos primeiros passos que conduziram à criação de uma das mais influentes instituições católicas que marcaram a presença da Igreja Católica no mundo a partir da modernidade. A crítica aos Jesuítas conhece os seus inícios logo nas censuras, nas suspeitas e nos requisitórios inquisitoriais que puseram em causa o modo de vida do Fundador e dos seus companheiros e o seu modo de actuar em termos pastorais.

Na realidade, o fenómeno do antijesuitismo sendo tão antigo e primordial como a Ordem de Santo Inácio, também é um fenómeno que acompanha a expansão dos Jesuítas por toda a Europa e, mais ainda, por todo o mundo onde os Padres da Companhia chegaram cumprindo o seu programa constitucional de carácter orbícula que tinha por fim levar o reino de Cristo a todo o universo. Stefan Gatzhamer, neste sentido, afirma, no seu estudo sobre as campanhas portuguesas contra os Jesuítas na Europa, que o “antijesuitismo não conhece fronteiras”³. Sendo este um axioma que a nossa investigação tem confirmado largamente, podemos, pois, classificar o antijesuitismo como um fenómeno originário, universal e quase permanente. Originário porque remonta à génese da *Societas Iesu* começada a constituir-se na década de 30 do século XVI e aprovada pelo Papa Paulo III em 1540; universal porque assistimos à sua manifestação em todos os cenários onde os Jesuítas desenvolvem uma acção mais ou menos consistente com visibilidade e impacto social; e quase permanente porque o antijesuitismo acompanha de forma significativamente fiel a afirmação desta ordem religiosa nos diferentes espaços nacionais, suscitando do lado contrário o filojesuitismo mais devoto que contrabalança aquela reacção hostil. Realmente, como compara, de forma prosaica mas bem sugestiva, o crítico português Pires Lopes: “falar dos Jesuítas é como discutir futebol: conforme a cor do clube, para aí vai a simpatia. Basta abrir a boca e fica-se logo no meio-campo preferido”⁴.

De facto, a história da visão do Jesuíta como o Outro que se julga – santo ou prevaricador, herói ou bandido, anjo ou diabo, mestre do bem ou congeminador do mal – é o exemplo mais acabado de uma bipolarização de apreciações de carácter antagónico, estigmatizadas por uma irreconciliação de avaliações radicalizadas em que se contam poucas cedências. Difícil é encontrar neste roteiro cindido transversal-

²JEAN LACOUTURE, *Jésuites*, Vol. 2, Paris, 1992, p. 80. Lembra concretamente Jean Lacouture que já antes de Inácio de Loyola se ter tornado mestre da sua Ordem já Rabelais satirizava no *Pantagruel* «Fray Inigo». Ver também René Rémond, *L'anticlericalisme en France: de 1815 à nos jours*, Bruxelles, 1985, p. 81 e ss.

³STEFAN GATZHAMER, “O antijesuitismo europeu: relações político-diplomáticas e culturais entre a Baviera e Portugal (1750-1780)”, in *Lusitania Sacra*, Vol. V, 1993, p. 159.

⁴F. PIRES LOPES, “Bibliografia-História”, in *Brotéria*, Vol. 150, 2000, p. 113.

mente entre críticas e apologias pareceres menos radicais ou moderados. A Companhia de Jesus, efectivamente, teve o ensejo de suscitar os ódios mais viscerais e as admirações mais abnegadas. Mais interessante na perscrutação das origens do antijesuítismo é a observação do seu controverso nascimento no seio da própria Igreja. A crítica aos Jesuítas vai constituir uma corrente de opinião que nasceu nos meios eclesiásticos, ora da parte da Inquisição, ora da parte das outras ordens religiosas mais antigas, com especial destaque para os Dominicanos e Franciscanos, ora ainda da parte da burocracia eclesiástica romana e do seu clero secular, este último incomodado com as críticas austeras da pregação e do exemplo de vida do grupo de Inácio de Loyola.

Aliás, este aspecto não é extraordinariamente original nem estranho, dado que as grandes ordens religiosas, em geral, conheceram reacções de crítica e de oposição na fase do seu processo de criação e de implantação. Isso aconteceu, como é sabido, com as ordens mendicantes na Baixa Idade Média. As novidades organizacionais que os frades de São Francisco e de São Domingos comportavam, moldadas para atender pastoralmente, através da sua mendicância, às exigências da nova mobilidade social que despoletava na época, suscitou duras críticas e viva oposição na esfera eclesial, tanto mais que o IV Concílio de Latrão (1215) tinha proibido então a aprovação de novas regras monásticas⁵.

O que é realmente novo no movimento de contestação aos Jesuítas é a sua expressão, dimensão e persistência, que acabou por erguer um verdadeiro mito negativo em torno destes religiosos à escala mundial. Jean Lacouture, mais do que de antijesuítismo, que pertence mais ao campo de análise do “mito social”, prefere caracterizar o comportamento que ele provoca: “C’est de phobie qu’il faut parler”⁶. Lacouture considera que «l’aversion qu’inspire la Compagnie de Jésus à de si nombreuses personnes – et des plus pieuses, des plus dévotes –, il est difficile de la fonder sur la ‘raison’, tant elle se nourrit de fantasmes plus ou moins ancrés dans le réel⁷.» Acentuando, assim, o fenómeno psicológico da fobia, Lacouture sublinha que «le jésuite est moins jugé que ‘senti’, ou ressenti. Son cas, dans la société chrétienne, est spécifique. Il relève moins des querelles apologétiques ou même politiques que de l’imaginaire social⁸.»

Ainda que numa primeira aproximação hermenêutica isto pareça verdade, entendemos que embora a dominância desse ressentimento seja expressado na paixão que marca as campanhas e o seu discurso antijesuítico, não devemos descurar na análise desta expressão psicológica a formação de um movimento autenticamente ideológico com carácter político, social, religioso e, em última análise, com sedimentação cultural e mental. Por seu lado, na sua génese, a assimilação das ideias e das imagens que estas produziram em torno dos Jesuítas e a sua cristalização no imaginário social tiveram origem primeiramente nas controvérsias apologéticas. Estas fecundaram a estruturação do imaginário antijesuítico, que por sua vez se tornou fecundador e reprodutor de novas e sucessivas querelas.

⁵Sobre esta problemática e sobre a evolução histórica das Ordens Religiosas, ver o nosso trabalho de síntese com bibliografia actualizada sobre o tema: José Eduardo Franco, “Congregações Religiosas Masculinas”, in CARLOS MOREIRA AZEVEDO (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Vol. A-C, [Lisboa], 2000, pp. 482-488.

⁶JEAN LACOUTURE, *op. cit.*, p. 75.

⁷*Ibidem*.

⁸*Ibidem*.

Genealogia e identidade do mito

A tradição da crítica aos Jesuítas desenvolve uma concepção, mesmo uma doutrina, de oposição aos Jesuítas que acaba por elaborar um mito fabuloso. Mas não podemos esquecer, antes de tudo, como adverte o estudioso francês do mito jesuíta, que “le mythe est d’abord un être de papier; mais il peut devenir réalité; si l’écrivain montre assez d’habilité, et le lecteur, de crédulité”⁹. Pelo que o antijesuítismo (e a sua expressão extrema, a jesuitofobia), além de ser produto de aficcionados desta causa do combate à Companhia de Jesus e ao que ela significa, é sobretudo um resultado de uma arte de representar, de configurar uma imagem desta instituição. Esta imagem é ideologicamente definida, cinzelada e fundamentada, transformando-se por vezes numa espécie de fé ou crença de contornos obsessivos e fanáticos.

Em Portugal, espaço a que o nosso estudo concerne, o movimento antijesuítico também conheceu os seus primeiros sintomas de manifestação logo no arranque do processo de implementação das comunidades religiosas da Companhia de Jesus em território nacional. Os primeiros mentores da crítica aos Jesuítas também surgiram na esfera da própria Igreja, em particular das Ordens Religiosas clássicas instaladas nos seus privilégios.

Lisboa, capital de uma vasta rede marítimo-mercantil, então numa fase de importante apogeu da sua expansão no Oriente e no Ocidente da Terra, desde as Ilhas do Sol Nascente (Japão) até às Terras de Vera Cruz (Brasil), vai ser com efeito a primeira “grande rampa de lançamento” dos missionários de Santo Inácio¹⁰. O rei D. João III abre aos Jesuítas a porta do mundo. Em Portugal escreveram páginas brilhantes e heróicas da história da Companhia. Os Padres da Companhia e a sua fulgurante afirmação e expansão muito devem à Coroa Portuguesa que acolheu os primeiros discípulos de Inácio de Loyola no mesmo ano da aprovação oficial da nova ordem pela Santa Sé, a 27 de Setembro de 1540.

Nas terras lusitanas e nos seus potentados do ultramar, a Ordem de Santo Inácio usufruiu de um dos acolhimentos mais confiantes, gozou de uma protecção mais duradoura e aqui teve uma dos crescimentos mais rápidos e uma das consolidações mais consistentes.

Não obstante, foi também neste país que muito deu e que muito recebeu da Companhia de Jesus, que nasceu um dos mais inexoráveis perseguidores desta Ordem, o Marquês de Pombal, cuja feroz campanha antijesuítica fundou o mito negro dos Jesuítas em Portugal com reflexos e influências significativas a nível internacional, através de uma bem orquestrada propaganda, direccionada para os centros da cultura e do poder europeus do seu tempo. E foi ainda em Portugal que se engendrou, mormente através da acção promotora da política pombalina, uma cultura e uma

⁹MICHEL LEROY, *Le mythe jésuite: de Béranger à Michelet*, Paris, 1992, p. 396; e ver também a interessantíssima reflexão de Roland Barthes que entende o mito em primeiro lugar como um sistema de comunicação de uma mensagem apresentada como muito importante: ROLAND BARTHES, *Mitologias*, Lisboa, 1988, p. 181 e ss.

¹⁰Cf. ANTÓNIO LOPES, s.j., *História da Província Portuguesa da Companhia de Jesus*, Separata de *A Companhia de Jesus e a Missão no Oriente*, Lisboa, 2000, p. 37; e cf. NUNO DA SILVA GONÇALVES, «Jesuítas», in CARLOS MOREIRA AZEVEDO (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Vol. 3, Mem Martins, 2000, pp. 21-31. Para uma contextualização com bibliografia actualizada ver MARIA DE LURDES CORREIA FERNANDES, «Da Reforma da Igreja à reforma dos cristãos: reformas, pastoral e espiritualidade», in CARLOS MOREIRA AZEVEDO (dir.), *História Religiosa de Portugal*, Vol. 2, Mem Martins, 2000, pp. 15-48.

mentalidade antijesuíticas que perdurou no tempo, recriando-se e potenciando-se pelos seus mais inesperados herdeiros, as elites liberais, maçónicas, republicanas, socialistas, positivistas e livre pensadoras dos séculos XIX e XX. Nestes viveiros fecundos, o mito jesuítico de matriz pombalina remanesceu, enriquecendo-se através da acção e da pena de figuras políticas e literárias que elegeram os Jesuítas como o seu inimigo de recurso preferencial para os seus combates ideológicos, e ao lado, erguendo Pombal como o herói-modelo, o inspirador, o áugure das suas modernas campanhas.

A história da afirmação da identidade, da autonomia, da expansão e das tentativas de regeneração das instituições e do tecido sócio-económico da nação portuguesa, está marcada pelo desenvolvimento de móveis míticos e utópicos que povoaram, nas suas diferentes épocas históricas, o imaginário do povo. Estes mitos e utopias luminosas mobilizaram a sociedade portuguesa, em certa medida, para pugnar pelo cumprimento das grandes tarefas nacionais que em cada tempo os seus protagonistas e líderes propuseram como sendo decisivas. Inscrevem-se aqui os mitos positivos de configuração e expressão utópica, como é o caso do mito de um Portugal eleito pelos céus, fundado em direito divino e protegido por Deus em ordem ao cumprimento de uma missão especialíssima no plano universal¹¹. Este mito teve depois a sua recepção e reperspectivação utópica no mito do rei restaurador, o Encoberto, encarnado no movimento messiânico do sebastianismo, assim como na utopia nacionalista, embora com abertura ecuménica e universalista, do Quinto Império desenvolvida por figuras relevantes da cultura portuguesa, em que se destaca António Vieira¹².

O ideário utópico que subjaz a este imaginário mítico da história de Portugal vai marcar a sua mentalidade e a sua cultura nacional de forma indelével. E não deixou de alimentar e calibrar o esforço cruzadístico, que se tornou propulsor da formação do actual território português, e depois, mais tarde, fazer parte de um dos elementos estruturantes do horizonte onírico que alimentou a ideologia dos Descobrimentos e que fez de Portugal juntamente com a Espanha o primeiro grande poderio marítimo planetário da era moderna¹³.

A importância que assume na cultura portuguesa a assunção, nos momentos fulcrais e de crise da sua história, bem como a permanência destes mitos e utopias fabulosas revela, perscrutando o sentido filosófico destas elucubrações utópicas, uma procura de representação de «une espèce de rêve social», no dizer de Paulo Ricoeur, que inspira um movimento de transformação ordenado em vista da edificação ou recriação de uma «nouvelle société», mas que «ne soucie guère des étapes réelles nécessaires» a esta contrução maravilhosa¹⁴.

¹¹ Cf. BETHENCOURT, F., “Sociogénese do Sentimento Nacional”, in Bethencourt, F.; Curto, Diogo R. (orgs.), *A Memória da Nação*, Lisboa, 1989. Sobre este assunto, pode ver-se também para enquadramento e aprofundamento desta temática com bibliografia actualizada, o nosso livro mais recente: JOSÉ EDUARDO FRANCO, *O mito de Portugal: a primeira História de Portugal e a sua função política*, Lisboa, 2000; e cf. ARMANDO DA CÂMARA PEREIRA, *Ciência e Mito nos Descobrimentos*, Açores, 1990.

¹² Cf. ANTÓNIO JOSÉ SARAIVA, *História e utopia: estudos sobre Vieira*, Lisboa, 1992; e JOSÉ EDUARDO FRANCO, *Teologia e utopia em António Vieira*, Separata da Lusitania Sacra, Lisboa, 1999.

¹³ Cf. VITORINO MAGALHÃES GODINHO, *Mito e mercadoria: utopia e prática de navegar (séculos XIII-XVIII)*, Lisboa, 1990, p. 63 e ss.; JAIME CORTESÃO, *História dos Descobrimentos portugueses*, [Lisboa], s.d., p. 66 e ss.; ANTÓNIO QUADROS, *Portugal, razão e mistério. O projecto áureo ou Império do Espírito Santo*, Lisboa, 1987, p. 35 e ss.

¹⁴ PAUL RICOEUR, *L'idéologie et l'utopie*, Paris, 1997, pp. 17-18. Sobre esta temática ver também, entre outras, as obras de ERNST BLOCH, *L'esprit et l'utopie*, Paris, 1977, p. 27 e ss.; e KARL MANNHEIM, *Ideologia e utopia*, Rio de Janeiro, 1977.

Estes mitos positivos contrastam com o engendramento paralelo de mitos negativos de feição “anti”, fomentados e utilizados para efeitos de monopolização e instrumentalização colectiva em ordem a, alegadamente, preservar a autonomia do reino, ou garantir a sua regeneração, ou ainda a promover uma determinada ideia de renovação social e de progresso do país. Cumpre, por isso, recordar aqui o combate ideológico e prático de um sempre presente e raramente esquecido inimigo externo do reino que povoou o imaginário mítico português de forma acentuada: o Castelhana. Esta figuração negativa do vizinho espanhol produziu, na literatura portuguesa, uma verdadeira lenda negra do castelhana, como aquele que está à espreita e sempre pronto para dominar e anexar Portugal, desrespeitando a sua autonomia historicamente conquistada. Esta entidade – o Castelhana – é consubstanciada, deste modo, naquilo que podemos chamar a figuração, por vezes de contornos míticos, do *complot* castelhana. A castelhanofobia e o anticastelhanismo, como atitude cultural e mental bem patente, sedimentaram-se de uma forma bem palpável a nível popular. A sua expressão reactiva emerge como o resultado da experiência de hostilidade do reino vizinho (único que faz fronteira com Portugal) e da sua ambição, concretizada em alguns momentos da sua história, que pretendia assimilar o reino irmão e incorporá-lo debaixo da sua coroa. Daí que o anticastelhanismo, na sua formulação mítica seja uma forma de auto-defesa, um alerta permanente contra um vizinho poderoso e desejoso de nos açambarcar¹⁵.

A nível interno, assistimos também a um forte processo de mitificação de um grupo etno-social constituído a dada altura como inimigo, por razões mais complexas que não só as meramente religiosas – os Judeus. A mitificação negativa dos descendentes da raça hebraica alimentou a atitude mental e social do anti-semitismo ou do antijudaísmo, pela qual o Judeu era entendido como uma fonte de malefícios, explicada muitas vezes pela crença de que eles seriam objecto da atracção da maldição e da ira divina¹⁶. Assim, este grupo étnico era visto como sendo prejudicial à sociedade no seio da qual estava instalado¹⁷. A Inquisição apoiada, em certa medida, pela parentética eclesiástica, desempenhou um papel fundamental na construção desta visão mítica dos Judeus, entendendo o seu combate como uma forma de purificação ortodoxizante das sociedades católicas, à luz de uma visão xenófoba e ostracista das relações sociais¹⁸.

Ao mito dos Judeus vai suceder, e em alguns momentos vai mesmo conviver, um outro mito da mesma natureza. Este vai atingir, no final da era moderna e no dealbar da era contemporânea, requintes paroxísticos de elaboração ideológica e de

¹⁵Sobre a problemática do anticastelhanismo em Portugal ver o nosso estudo citado: JOSÉ EDUARDO FRANCO, *O mito de Portugal, op. cit.*, p. 257 e ss.; para um interessante estudo da castelhanofobia e da lenda negra desenvolvida a nível internacional em torno de Castela e dos Castelhanos, consultar RICARDO GARCÍA CARCEL, *La Leyenda Negra. Historia y opinión*, Madrid, 1992. Em certa medida, a corrente anticastelhana portuguesa desenvolve aquilo que podemos chamar uma variante da lenda negra internacional dos Espanhóis.

¹⁶Por exemplo, aquando do terramoto devastador que assolou Lisboa e Santarém em 1531, pregadores houve que atribuíram a calamidade ao castigo divino. Uma das principais causas alegadas para esta atracção da ira divina sobre Portugal era a presença no reino de Judeus e de praticantes do judaísmo. Cf. ANSELMO BRAAMCAMP FREIRE, *Gil Vicente trovador, mestre da balança*, 2.^a ed. corrigida, Lisboa, 1944, pp. 280-281.

¹⁷Para uma síntese historiográfica sobre o percurso das comunidades judaicas em Portugal ver MARIS JOSÉ FERRO TAVARES, “A questão judaica. História dos Judeus portugueses (séculos XV-XX)”, in JOÃO MEDINA (dir.), *História de Portugal*, Vol. VI, Alfragide, 1995, pp. 11-160.

¹⁸Sobre o “Judaísmo e criptojudáismo” e a “polémica antijudaica” em Portugal ver a síntese histórica elaborada por FRANCISCO BETHENCOURT, «Rejeições e polémicas», in CARLOS MOREIRA AZEVEDO (dir.), *História Religiosa*, op. cit., pp. 49-68.

publicitação mais fabulosos e mais massivos, e não menos eficazes em termos de impacto interno e externo. Trata-se da lenda negra dos Jesuítas que assumiu a partir de Pombal contornos de construção mítica.

Em certa medida, os Jesuítas vão ser considerados pior que os Judeus. Se sobre os hebreus recaía a censura fundamental de haverem promovido a morte de Jesus Cristo (e aqui residia o principal fundamento de natureza teológica alegado para vituperar os Judeus como povo deícida e, por isso, divinamente amaldiçoado), sobre os Jesuítas cairá também o labéu extremo de terem usurpado o nome supremo de companheiros de Jesus para, de forma disfarçada e ardilhosa, se colocarem no lugar de Deus e subverterem o Cristianismo, arruinarem a sociedade dos homens e dominarem a terra. A morte de Cristo pelos Judeus teve a vantagem, na economia da salvação cristã, de trazer a salvação do género humano. Foi, portanto, um acto mau, mas com consequências soteriológicas que excederam em positividade a maldade operatória daquela acção assassina. Ao passo que os Jesuítas ter-se-iam colocado no lugar de Cristo, apropriando-se satanicamente dos títulos sagrados, com a consequência terrível, teleologicamente entendida, da projecção da ruína da humanidade e da destituição da sua dignidade ontológica. Sendo que esta acção jesuítica aponta para uma antecipação do final dos tempos, na perspectiva exaltada da sua figuração mitificante.

Universo documental: noção de literatura antijesuítica

Como acontece um pouco por todos os países onde os Jesuítas tiveram presença significativa¹⁹, não deixa de impressionar a quantidade de documentação antijesuítica produzida em Portugal contra estes religiosos. Em 1933, Ignacio Arbide escreve uma obra em dois volumes dedicada à recolha e reinterpretação, embora com um forte acento apologético e revisionista, da tradição antijesuítica internacional, dando especial lugar à espanhola. Encimou estes volumes com este título, aparentemente exagerado: *Los Manantiales de la difamación antijesuítica*²⁰. Ainda que a nossa perspectiva de análise seja diversa de Arbide, achamos que o termo “mananciais” é bem indicativo do volume de produção discursiva dirigida contra a Companhia de Jesus. No caso específico de Portugal, é de facto de mananciais e mananciais bem extensos de documentação produzidos pelo movimento antijesuítico que devemos falar, os quais fornecem o lastro do mito que criam.

Ao percorrermos as bibliotecas e arquivos nacionais e estrangeiros, ficámos atolados em acervos de documentação relativa a esta matéria, cuja análise aqui introduzimos. É difícil, senão impossível, deixar de encontrar nas bibliotecas, arquivos e gabinetes de leitura das cidades de Portugal, e também das mais importantes cidades

¹⁹ Mesmo em países onde a presença dos Jesuítas teve pouca ou nenhuma expressão, conhece-se a existência de uma tradição antijesuítica, como é o caso da Finlândia em que encontramos o eco dessa tradição de figuração negativa dos membros da Companhia de Jesus consubstanciada literariamente: v.g. uma das obras literárias de ZACHARIAS TOPÉLIUS, *Fältshärms Berättelser*, Stockholm, 1967. No caso exemplar da Finlândia, onde o luteranismo se tornou dominante, o antijesuítismo aparece ligado à lenda negra anticatólica tecida pelo protestantismo, na sequência da Contra-Reforma e com especial ênfase depois das guerras religiosas do século XVII, a chamada Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), que marcou naquele país a configuração da imagem da Igreja Católica, em geral, e dos Jesuítas, em particular, até aos dias de hoje. Uma das ideias mais marcantes que ficou sedimentada na cultura finlandesa foi a imagem dos Jesuítas como demónios, como guerreiros fantasmagóricos que assassinavam impiedosamente os seus inimigos, apunhalando as suas vítimas pelas costas.

²⁰ Cf. IGNACIO ARBIDE, s.j., *Los manantiales de la difamación antijesuítica*, 2 séries, Barcelona, 1933-1934.

européias e de outros continentes, abundante literatura vocacionada para a crítica aos membros da Ordem de Santo Inácio. São tratados históricos, romances, pareceres governamentais, relatórios, narrações de viagens, leis dos Estados, representações dos povos, tratados apologéticos, textos de controvérsia, compilações e recompilações de sábios, catecismos, tratados teológicos, sátiras, poesias, tratados jurídicos, teses académicas, editais, pastorais, sermões, programas partidários, folhetos de propaganda eleitoral, conferências, comícios, iconografia, caricaturas, crónicas jornalísticas, peças teatrais, cantigas, anedotário, breves pontifícios, orações, mandamentos, credos, gravuras, pinturas, caricaturas, receitas gastronómicas, ... Tudo isto entra na catalogação daquilo que de uma maneira geral denominamos de literatura antijesuítica. Portanto, neste leque bem amplo de documentação entram, numa escala tipológica, obras que vão do mais alto grau de elaboração e procura de fundamentação até ao mais baixo grau de simplificação e primeirismo crítico. Importa aqui salientar que a nossa análise terá como base documentação quer manuscrita, quer impressa. A manuscrita terá maior incidência na parte correspondente aos antecedentes do mito, a impressa terá mais representatividade a partir do momento fundador com Pombal, o que será revelador do grau de investimento e de meios usados para, a partir de então, potenciar as campanhas antijesuíticas, que passarão a ser financiadas quer pelo Estado, quer pelas elites culturais que assumem o combate antijesuítico como programa fundamental.

Este conjunto variegado de documentação constitui o universo heteróclito daquilo que designamos *grosso modo* de literatura antijesuítica, em geral, marcado psicologicamente pela fobia e socialmente pelo combate em todas as frentes contra um inimigo que se imagina estar em todo e em qualquer lado. Usaremos aqui o conceito de literatura antijesuítica com um sentido mais alargado, isto é, em sentido lato. No conceito de literatura antijesuítica englobaremos toda a produção escrita, iconográfica e outras, consignada em documentação diversa no seu género, desde o romance aos tratados históricos, desde uma gravura a uma fórmula de fé, elaborada em ordem a atacar a Companhia de Jesus, e tendo, como tal, contribuído para consignar e propalar a imagem deformada desta instituição e dos seus membros.

Dada a vastíssima documentação produzida ao longo dos séculos de história em que a Companhia de Jesus esteve presente em Portugal, contando também com a continuação de produção nos momentos da sua acção enquanto instituição organizada e estabelecida no país, é impraticável, numa dissertação desta natureza, abrangê-la criticamente na sua totalidade. Tal obrigaria a um trabalho de muitos anos, de quase uma vida, e seria necessário constituir equipas de estudiosos para efectuar o seu estudo global, de forma a englobar todos as suas vertentes e áreas de estudo.

Perante este verdadeiro excesso de documentação antijesuítica, tomámos a opção de fazer a selecção de documentos mais paradigmáticos, alguns dos mais representativos de cada período, para análise em cada área temático-cronológica do nosso estudo. Conscientes de que, como bem salientou Lucien Febvre, «toute histoire est choix»²¹, procederemos a esta selecção de textos, tendo como critérios a representatividade dos argumentos antijesuíticos contidos, a originalidade, ou alguma peculiaridade apologética para o período em análise, o significado histórico e ideológico desses mesmos documentos, a importância dos seus autores ou das instituições que

²¹ LUCIEN FEBVRE, *Combats pour l'Histoire*, Paris, 1992, p. 7.

os produziram, assim como o impacto da imagiologia produzida. Merecerá um lugar hermenêutico de todo importante, a identificação, caracterização e análise daquelas obras arquetípicas que estabeleceram os alicerces do mito e se tornaram uma referência fundamental para o movimento antijesuítico e para a sua propaganda.

Esta necessidade de selecção tornou-se tanto mais imperiosa, quando, depois de muita leitura exaustiva e comparativa, chegámos à conclusão de que muitas das ideias-força estruturantes do mito e a sua roupagem linguístico-argumentativa fundamental acabam por se tornar monotonamente repetitivas na documentação das diferentes épocas. Apenas acrescerá, com interesse para a análise, acompanhar e registar, por vezes, as nuances e a argumentação subsidiária semanticamente mais significativas, presente para além das obras que definiram o cânone do mito jesuítico nos diferentes períodos. Aliás, podemos desde já antecipar que o mito jesuíta, sofrerá, no essencial, do estigma mimético da repetição.

Na história da avaliação do papel da Companhia de Jesus, deparamo-nos, em geral, com pareceres muito extremados. Portugal não teve, no seu território, nenhuma ordem religiosa que tivesse obtido em tão elevado grau, o prestígio e o renome que a partir de 1540 os Jesuítas conquistaram. Mas também nenhuma outra instituição religiosa foi julgada de forma tão duplamente contraditória. A apreciação dicotómica e paradoxal desta instituição expressou-se, como escreve o historiador Joaquim Veríssimo Serrão, tanto no

“sentido do aplauso pela obra realizada na evangelização e no ensino, como o da crítica acerba ao espírito religioso e aos métodos de actualização que utilizaram. Jamais uma organização espiritual se viu objecto de tamanhos louvores e diatribes, assentando muitas dessas posições numa base histórica falsa, porque encaram o tema numa perspectiva ideológica e numa linha contínua de tempo que não corresponde aos períodos que definem o labor da Companhia de Jesus”²².

Este duplo prisma de leitura da acção da Sociedade de Jesus em Portugal é sustentado tanto por uma vastíssima literatura antijesuítica, como, do outro lado, também por um significativo número de obras de auto-encómio da Companhia, consignado em histórias e apologias feitas por Jesuítas, e também por admiradores da Companhia, quer sejam eles reis, príncipes, homens de estado, pedagogos ou intelectuais em geral. O mito da obra malfazeja da Companhia é compensado, assim, por um mito beatificante dos Jesuítas e da sua acção neste caso figurada como benfazeja e heróica, alimentado por um filojesuítismo com alguma expressão cultural, embora não tão contundente, tão marcante e tão vasto como a do antijesuítismo.

*P*ertinência e âmbito do estudo

Dado o peso histórico que a ordem inaciana teve e ainda continua a ter, embora com menor grau, em Portugal, a hermenêutica operada pelas diversas leituras do seu papel e dos dramas históricos que elas provocaram²³, constitui uma tarefa historiográfica delicada, mas pertinente não só para a contextualização, interpretação e compreensão das motivações que estiveram na base da formação da imagem negativa

²² JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO, *História de Portugal. O século de ouro (1455-1580)*, Vol. III, Lisboa, 1978, p. 344.

²³ Cf. LUÍS REIS TORRAL, *História e Ideologia*, Lisboa, 1989, p. 26.

dos Jesuítas e dos seus efeitos, como até para a verificação do seu impacte e interpenetração na construção do mito dos jesuítas a nível europeu e para além das fronteiras deste continente.

Com efeito, estudar o mito de uma ordem de vocação e acção universalizante como foi a Companhia de Jesus, nunca pode ser um estudo isolado, mas que deve situar o desenvolvimento desse mito no plano internacional. E por sua vez o estudo deste mito deve ser encarado como produto de relações dos homens e das suas instituições numa dada sociedade, como acontece com todo o labor de construção de conhecimento e da compreensão da história que, como teoriza José Mattoso, “só tem sentido quando inserido numa totalidade, que é a existência do homem no tempo”. E, nesta linha, desenvolve o mesmo historiador de forma contundente: “Este alargamento da escala às dimensões da Humanidade inteira e da totalidade do tempo, obriga, desde logo, a procurar o sentido dos actos humanos na sua globalidade, ou seja, muito concretamente, a não dar mais valor à queda de um império do que ao nascimento de uma criança, nem mais peso às acções de um rei do que a um suspiro de amor”²⁴. Mais do que conhecer um facto, um movimento, um acontecimento do passado e as suas consequências ou impacte mais ou menos graves que tenham desencadeado, o que se torna mais relevante é entender o que isso possa “representar para o destino da Humanidade”²⁵.

O contacto que tive a oportunidade de travar com estudiosos e com obras pioneiras sobre o estudo do processo histórico de censura e de perseguição aos Padres da Companhia de Jesus, especialmente em França e em Espanha, esteve na origem da escolha do presente tema para a minha dissertação de doutoramento. Destaco em especial o estudo excelente e pioneiro de Michel Leroy, sobre *Le Mythe Jésuite: De Béranger à Michelet*, que tive a oportunidade de aprofundar, coordenando a sua tradução para língua portuguesa²⁶. Esta tese de doutoramento de estado cruza as áreas disciplinares da história e da literatura, da qual extrairemos importantes fundamentos teóricos para iluminar a análise do nosso estudo de caso sobre Portugal. Foram também de grande proveito e enriquecimento os contactos que estabeleci com a equipa de investigação da Universidade de Alicante, dirigida por Enrique Giménez López, vocacionada para a pesquisa da história dos Jesuítas, tendo esta equipa já estudado de forma particular as perseguições espanholas à Companhia de Jesus²⁷. E há a acrescentar a isto o estudo em língua inglesa de Geoffrey Cubitt sobre *The Jesuit Myth*, também em torno do jogo das conspirações no âmbito da política francesa do século XIX, mas não com tão grande utilidade teórica como o de Michel Leroy²⁸.

Um estudo exploratório desenvolvido em co-autoria com Bruno Cardoso Reis, em torno da recepção do célebre Padre António Vieira na literatura antijesuítica portuguesa²⁹, permitiu-nos concluir que o estudo da propaganda negativa levada a cabo

²⁴ JOSÉ MATTOSO, *A escrita da História. Teoria e Métodos*, Lisboa, 1988, p. 17.

²⁵ *Ibidem*.

²⁶ Cf. MICHEL LEROY, *O mito jesuíta: De Béranger a Michelet*, Trad. coordenada por José Eduardo Franco, Lisboa, 1999.

²⁷ Entre os estudos já produzidos por este grupo de investigação destacamos estas obras: ENRIQUE GIMÉNEZ LÓPEZ (ed.), *Expulsión y exilio de los Jesuitas Españoles*, Alicante, 1997; e ANTONIO MESTRE SANCHÍS; ENRIQUE GIMÉNEZ LÓPEZ (eds.), *Disidencias y exilios en la España Moderna. Actas de la IV Reunión Científica de la Asociación Española de Historia Moderna* (Alicante, 27-30 de Maio de 1996), Alicante, 1997.

²⁸ Cf. GEOFFREY CUBITT, *The jesuit myth. Conspiracy theory and politics in nineteenth-century France*, Oxford, 1993.

²⁹ Cf. JOSÉ EDUARDO FRANCO; BRUNO CARDOSO REIS, *Vieira na literatura anti-jesuítica (Séculos XVIII-XX)*, Lisboa, 1997.

contra a Companhia de Jesus em Portugal continua a ser um terreno riquíssimo, mas praticamente “ermo” em termos de uma pesquisa e de uma análise crítica aprofundada, na linha de interpretação da historiografia mais actualizada sobre o assunto. Assim sendo, a convicção de que um estudo desta índole poderia representar um primeiro contributo para superar uma lacuna importante na historiografia portuguesa, constituiu a razão fundamental que motivou a escolha deste objecto de tese.

Balizas cronológicas, organização
e perspectiva temática

Ao longo da nossa dissertação, propomo-nos estudar o processo de construção daquilo que denominámos, na apresentação titular desta, *O mito da Companhia de Jesus em Portugal*, na sua vertente negativa, seguindo o seu processo de evolução histórica e destacando para tal dois momentos centrais. O grande momento fundador de sistematização do mito operado no governo pombalino (1750-1777) e que se deveu ao protagonismo obsidiante de Sebastião José de Carvalho e Melo. Na sequência deste epicentro criador do mito e desta poderosa construção mobilizadora, teremos o seu grande ponto de chegada final, que se verificou com a instauração da I República (1910). Este momento depara-se-nos como o culminar de uma longa campanha de recepção e recriação da herança antijesuítica de Pombal, imprimindo-lhe novamente toda a força da sua eficácia expurgatória. Não deixaremos de ressaltar na nossa análise que esta reedição da eficácia persecutória do mito voltou a acontecer num período intermédio (1833-1834), embora como menos significado e expressão histórico-cultural, no âmbito do processo de destituição do regime neo-absolutista de D. Miguel e da reinstauração da monarquia representativa de inspiração liberal.

Como metodologia orientativa da organização da nossa análise, optámos por uma metodologia diacrónico-evolutiva do mito do jesuitismo. Esta metodologia foi complementada com a análise sincrónica dos textos produzidos nos grandes momentos paradigmáticos que marcaram a evolução do processo de mitificação da companhia de Jesus.

Assim sendo, o plano de análise que propomos para o estudo deste mito em Portugal organiza os capítulos seguindo uma metodologia de ordenação cronológica. Nesta fazemos corresponder cada capítulo a um determinado período de formação e evolução da construção negativa da imagem dos Jesuítas em Portugal. No entanto, esta estruturação cronológica foi cruzada com uma metodologia de organização temática. Ou seja, dentro de cada capítulo estudamos os diferentes pontos, obedecendo a uma divisão temática ou mitemática, de forma a tipificarmos as várias feições do mito que as campanhas antijesuíticas foram produzindo nas diferentes áreas de intervenção e figuração.

O nosso esquema hermenêutico é perspectivado pelo ângulo da história de longa duração ou do tempo longo. Abrangemos, como período central da análise da evolução do mito, três séculos de história, complementados, numa primeira parte, por mais dois séculos que dizem respeito aos antecedentes do mito, ou à sua fase de latência e de formação mitogénica. Seguimos, portanto, a formação do mito jesuíta

em Portugal ao longo de cinco séculos de história. Tal abrangência temporal, à primeira vista, pode parecer um projecto muito ousado, englobando uma banda temporal demasiado ampla. Todavia, tal empreendimento resulta da consciência de que o estudo da evolução do mito em geral, e, em particular, de um mito conspiracionista como este que foi edificado em torno da Companhia de Jesus – com motivações e consequências políticas, religiosas, sociais, culturais e mentais de longo e largo alcance, muito aquém e muito além do seu momento fundante –, só pode ser compreendido de maneira global numa perspectiva analítica que seja capaz de abranger um tempo de longa duração. Este horizonte temporal amplo, fornece-nos a visão analítica dos antecedentes deste mito negro, a sua fundação e as suas metamorfoses, recepções e reformulações; os momentos mais enfáticos de visibilidade polémica e de impacte político-social, assim como os seus momentos de dormência, que sucederam aos picos de ressurgência.